

Resenha

Vitor Bartoletti Sartori**

Palavras-chave:

Hannah Arendt; política; história; liberdade.

Key words:

Hannah Arendt; politics; history; freedom.

ARENDT, Hannah. A promessa da política. São Paulo: Difel, 2009. 287 p.

Hannah Arendt é uma intelectual cujo destino, em grande parte, confunde-se com a história do século XX. Nascida em Hanover, Alemanha, em 1906, é filha de militantes do famoso (para alguns, famigerado) Partido Social-Democrata Alemão. Tem sua formação universitária durante os conturbados anos da república de Weimar, quando estuda com Heidegger, primeiramente, e depois com Jaspers. Judia, passa pela crise de 29, a qual atinge com força a Alemanha, de onde foge em 1933 (ano em que o nazismo sobe ao poder oficialmente no país) e vai para Paris, que se tornará emblemática, posteriormente, pela resistência à ocupação nazista, e passa a ter contato com grandes figuras como Walter Benjamin. Depois, no momento posterior à eclosão da Segunda Guerra Mundial, vai aos EUA, vivendo tanto o macartismo, como o tenso clima da guerra fria, apresentando-se no país, em suas palavras, “expressões tão extremas em todas as esferas não políticas da vida” (ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 185). Assim, Arendt se coloca no âmago dos debates do século XX, sendo uma de suas mais famosas obras, a saber, *As origens do totalitarismo*, dedicada justamente ao que acredita ser mais marcante no século que vivencia. A obra de uma autora dessa estirpe configura-se também como uma tomada de posição diante dos fatos que marcaram a vida de Hannah Arendt até o ano de 1975, em que falece.

A obra, aqui resenhada, deixa tal aspecto claro. Organizada por Jerome Kohn, assistente de Arendt na universidade, amigo e grande intérprete de seus escritos, o livro contém textos que deveriam compor duas obras inacabadas de Arendt: *Elementos totalitários do marxismo* e *Introdução na política*. Publicados, pela primeira vez, em 2005, nos EUA, chegam cedo ao Brasil e podem oferecer material fundamental para a compreensão da obra da autora; o que é reforçado pelo fato de suas publicações mais lidas e estudadas (*A condição humana*, *Entre o passado e o futuro* e *Sobre a revolução*) se situarem no momento imediatamente posterior à elaboração de tais textos os quais se colocam, concomitantemente, e de modo sintomático, na sequência de *As origens do totalitarismo*.

Veja-se: sobre isso é necessária uma observação. Elizabeth Young-Bruel, amiga, estudiosa e biógrafa de Arendt, traz à tona apontamentos de Hannah que demonstram insatisfação da pensadora acerca da obra mencionada no final do parágrafo anterior: “a mais séria lacuna em *Origens do totalitarismo* é a falta de um tratamento histórico e conceitual adequado da base ideológica do bolchevismo” (ARENDT *apud* YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. *Hannah Arendt: for the love of the world*. London: Yale University Press, 2004, 276 p.) Isso parece poder ser esclarecido justamente com o texto que chega às mãos do leitor brasileiro pela Difel.

O grande tema dos textos do volume se expressa em um debate com a cultura ocidental e com os rumos da mesma, a qual é vista, retrospectivamente, pelos olhos de alguém que viveu em meio ao século XX. Arendt debate os rumos e a ruptura da tradição que permeia a vida no “Ocidente”, tratando primeiramente de Sócrates cuja morte e sucessão por Platão e Aristóteles teria dado início à “tradição política ocidental” que, segundo a autora, se apresenta “sob o impacto de uma sociedade política decadente” (ARENDT, 2009, p. 46) e, chegando ao final, com uma crítica a Hegel e Marx, crítica essa que encerra uma teoria acerca da política. Para a escritora, esses dois pensadores teriam se situado juntamente com a revolução industrial e com as revoluções burguesas depois das quais, segundo Arendt, “foi possível começar a falar em “fabricar o futuro” e “construir e aperfeiçoar a sociedade” como se se tratasse da fabricação de cadeiras e da construção e reformas de casas” (ARENDT, 2009, p. 105).

* Mestre em história pela PUC-SP e doutorando em teoria geral e filosofia do direito na USP.

Assim, teria se passado da política da *pólis* grega à produção industrial cuja lógica, seguindo a pensadora, teria se alastrado rumo à esfera pública diferentemente da Grécia de Sócrates, de modo que o futuro teria deixado de ser obra do acaso ou da contingência, que permearia a política, e daria lugar ao planejamento calculista e reificado. Dessa forma, a problemática que marca os textos de Arendt permeia nada menos que sua visão sobre os rumos do “Ocidente” os quais teriam revelado o “esquecimento da política” em seu limite, levando ao desastre presente naquilo de mais extremo no século XX. O debate que Arendt trava sobre a cultura ocidental, pois, tem expressão nos textos do livro a aparece em suas colocações sobre a política e a história.

No que há de se ressaltar algo essencial. Nos textos, é possível averiguar esforços de Arendt no sentido de “desvelar” as “bases ideológicas do bolchevismo” – nisso, a autora traça uma oposição que marcará toda a sua obra: a oposição entre a história “feita pelo homem” e a política. De um lado haveria a necessidade, impositiva e inumana, doutro a pluralidade e uma “abertura” em meio ao “mundo”; assim, nos textos presentes na edição da obra resenhada, delineiam-se aspectos importantes da produção filosófica de Hannah Arendt e de modo, por vezes, mais claro e direito que o costumeiro à autora:

É muito difícil entendermos que há uma esfera em que podemos ser efetivamente livres, isto é, nem movidos por nós mesmos, nem dependentes dos dados da existência material. A liberdade só existe no singular espaço intermediário da política. E nós queremos escapar dessa liberdade na “necessidade” da história. Um total absurdo. (ARENDT 2009, p. 147)

A oposição entre a história e a política é clara, na passagem, e marca o texto da pensadora, que coloca Hegel e Marx como os maiores defensores deste “absurdo”, “a ‘necessidade’ da história” – no que o mencionado acerca da importância dos textos trazidos nesta obra de Arendt vem à tona: a teoria política da autora tem sua gênese em meio a preocupações acerca dos “elementos totalitários do marxismo”, os quais se expressariam, por exemplo, em um conceito de história tingido pela “necessidade”. Assim, com todas as mediações presentes no texto (as quais envolvem, por exemplo, o papel atribuído pela pensadora aos rumos da cultura e da “civilização ocidental”, a revolução industrial e a revolução francesa) resta clara uma decidida tomada de posição contra um dos pólos dessa antinomia traçada entre política e história.

Tal interpretação, no contexto em que a autora escreve, não pode ser deixado de lado, quando se trata de compreender sua obra.

Na esteira da busca de “elementos totalitários do marxismo”, e em oposição ao último, a pensadora desenvolve sua teoria política de modo que, em oposição à “necessidade” da história, Arendt extirpa a própria esfera produtiva do campo da liberdade, para ela, o campo da política. Assim, delineia uma concepção segundo a qual a categoria do trabalho, cara aos marxistas, deveria ser também retirada do âmbito em que haveria efetivamente liberdade. Na obra aqui resenhada, deste modo, encontram-se inúmeras passagens em que se apresentam, de modo claro, as críticas de Arendt ao progresso, à história (a qual aparece relacionada à necessidade), ao trabalho (o qual teria invadido a esfera pública e a política) de maneira que também se percebe ao que a pensadora se opõe na trajetória de sua pesquisa acerca dos “elementos totalitários do marxismo”. E isso, em plena guerra fria, não pode deixar de ser efetivo como uma decidida tomada de posição contra os marxistas e aqueles que teriam se ligado a esses no século XX.

Com os textos agora disponíveis ao leitor brasileiro, pode-se mesmo dizer que tal tomada de posição é, não só fundamental à autora: é fundante em relação àquilo que, ainda hoje, é mais elogiado sem sua teoria, a saber, a conceituação de política e de “ação”, esta última, segundo a pensadora, apoiando-se naquilo que Agostinho teria chamado de “condição de natalidade”, intimamente relacionada à seguinte passagem:

Somente roubando dos recém-nascidos sua espontaneidade, seu direito de começar algo novo, pode a trajetória do mundo ser definida deterministicamente e, conseqüentemente, prevista. (ARENDT, 2009, p. 183)

A efetiva novidade, possível só na política, para a autora, percebe-se na obra, seria contingente, imprevisível e ligada intimamente à liberdade, o que, hoje em dia, soa muito bem aos ouvidos de muitos que buscam se opor ao *status quo*. Tal oposição, como aparece na pensadora, no entanto, tem por trás de si não só uma crítica ao marxismo e a um ímpeto de controle consciente das condições de vida. Identifica-se, com base nos textos agora publicados em português, que há certo apego a uma espontaneidade concebida, pode-se mesmo dizer, teologicamente, com referência a um atributo supostamente “ontológico” do homem, atributo esse seria “roubado”, caso buscássemos prever o futuro. Essa assertiva, como se vê pela passagem, relaciona-se, para a pensadora, a uma forma imperdoável de determinismo. Neste ímpeto, no referido trabalho de Arendt, vai-se da crítica à cultura e à tradição ocidental, rumo à recuperação daquilo que teria sido “esquecido” – critica-se muito, Hegel e Marx, os quais são acusados, no limite, de buscarem “roubar” a espontaneidade e a liberdade da política em favor da “necessidade histórica”, o que seria “absurdo”. E, com isso, marca-se, de modo claro, uma posição contrária a ambos; sendo, no entanto, a outra face da crítica da autora algo, por vezes, explicitamente teológico, inclusive, no que diz respeito ao mais valorizado em seu pensamento: a política. A seguinte passagem é explícita:

A pluralidade dos homens, indicadas nas palavras do Gênesis, que nos diz que Deus não criou o homem, mas que “macho e fêmea Ele os criou”, constitui a esfera política. (ARENDT, 2009, p. 108)

A publicação desses textos de Hannah Arendt, assim, busca explicitar um percurso da autora que é enfatizado por poucos. Na obra, suas posições acerca de grandes “acontecimentos” da história aparecem, por vezes, com crueza rara, o que é muito rico, quando se tem em conta o estudo sobre a obra de uma grande pensadora. E, assim, o debate contemporâneo ganha muito, sendo que, para que se trate de um “debate” há de se admitir aqueles com quem a filósofa “dialoga”. No que vale citar um grande autor marxista com uma posição oposta: “a força cega do capital, que precipita os homens à miséria, ao aniquilamento e à morte de um modo incompreensível: tal é a origem atual da religiosidade.” (LUKÁCS, Georg. *Apontaciones a la historia de la estética*. México: Grijalbo, 1965, p. 214) Não só para os defensores da autora, pois, *A promessa da política* traz questões essenciais: a questão levantada por Lukács, um socialista, mostra-se essencial quando se trata de estudar pensadores do século XX, principalmente, aqueles que, contra o marxismo e o socialismo, colocam-se numa posição mais ou menos relacionada a aspectos teológicos e religiosos.

Se a pluralidade de que fala Arendt tem algum significado inquestionável, ele é o de se permitir distintas posições se expressarem em público, com isso, *A promessa da política* traz à tona aspectos muito criticados por grandes autores como Lukács - o debate está lançado: não só as teorias destes autores estão em tela, mas as distintas posições deles. Por isso, esta publicação dos textos de Arendt muito contribui; e se Arendt tem seu destino confundido com aquele do século XX, as posições contidas em seus textos e nas críticas aos seus textos são decisivas, de um modo ou de outro, também ao século XXI o qual chega a ser colocado por alguns antagonistas de Arendt, como Mészáros, um discípulo de Lukács, como aquele do “socialismo ou barbárie”.